



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680033 - SP (2021/0218615-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ALEX GALANTI NILSEN
ADVOGADO : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CESAR LEONARDO CASTILHO CUNHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CESAR LEONARDO CASTILHO CUNHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2130904-45.2021.8.26.0000).

O paciente cumpre pena pela prática dos crimes de latrocínio, tráfico ilícito de entorpecentes, associação para o tráfico e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Pleiteada a progressão de regime, o Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Araçatuba-SP determinou a realização de exame criminológico. Contra essa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* no TJSP, cuja ordem foi denegada pela 3ª Câmara de Direito Criminal.

A impetrante sustenta, no presente *habeas corpus*, constrangimento ilegal imposto ao paciente, tendo em vista “a infundada decisão que determinou a realização de exame criminológico para Semiaberto”, que não é mais obrigatório (fl. 4). Argumenta que “não há nenhum elemento nos autos da execução do Paciente que possa fundamentar suficientemente a realização do exame no presente caso” (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para cassar a decisão que determinou a realização do exame criminológico e deferir a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração – necessidade de realização de exame criminológico para progressão de

regime —, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, essa matéria não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente